



FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS

Rua Floriano Peixoto, 839/873 – Cep 14.870-000 - (016) 3209-1800

www.saoluis.br/direito – direito@saoluis.br

CURSO DE DIREITO

DADOS DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: **DIREITO ADMINISTRATIVO I**

Curso: DIREITO

5º. Período

Carga horária semanal 4 hs/a

Carga horária semestral 72 hs/a

Docente Responsável:

EMENTA

Direito Administrativo e Administração Pública. Administração pública direta e indireta. Princípios da Administração Pública. Poderes e deveres da Administração Pública. O regulamento no direito brasileiro. Ato Administrativo. Processo Administrativo. Poder de Polícia. Servidores Públicos. Bens Públicos.

OBJETIVOS GERAIS

A disciplina tem por objetivo geral, propiciar sólido conhecimento da Administração Pública e dos princípios que regem esta área do Direito, possibilitando, assim, ao aluno entender seu funcionamento e a finalidade da Administração Pública.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O aluno deve conhecer os princípios regentes da Administração Pública e sua instrumentalização, bem como a aplicabilidade. E ainda, ser capacitado e ter o domínio pleno da atividade Administrativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direito Administrativo e Administração Pública: Regime jurídico administrativo. Interesse público. 2. Administração pública direta. Organização administrativa. Órgãos e competências. Centralização, desconcentração e descentralização. 3. Administração pública indireta. Autarquias. Fundações públicas. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Contrato de gestão. 4. Princípios da Administração Pública: Princípios expressos, Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Princípios implícitos, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, impessoalidade, devido processo legal e ampla defesa, autotutela, segurança jurídica e proteção da confiança. 5. Poderes e deveres da Administração Pública. O regulamento no direito brasileiro. O regulamento e o princípio da legalidade. Limites ao poder regulamentar. 6. Ato Administrativo. Conceito, perfeição, validade e eficácia. Elementos, pressupostos, atributos e classificação. Atos administrativos vinculados. Atos administrativos discricionários. Fundamentos, conceito, limites e controle judicial. Atos administrativos em espécie. Revogação e invalidação. Coisa julgada administrativa. Atos inexistentes, nulos e anuláveis. Prescrição, decadência e preclusão. Controle de constitucionalidade dos atos administrativos. 7. Processo Administrativo. Conceito, requisitos e objetivos. Espécies e fases do processo administrativo. Princípios e fundamentos. O processo na legislação federal e estadual. 8. Poder de Polícia. Definição, fundamentos, supremacia. Polícia administrativa e judiciária. Proporcionalidade e abuso da administração. Setores da polícia administrativa. Polícia administrativa da União, dos Estados e dos Municípios. 9. Servidores Públicos. Classificação dos agentes públicos. Agentes políticos e servidores estatais. Servidores titulares de cargos e ocupantes de empregos públicos. Âmbito de aplicação do regime de emprego e de cargo. Normas de contenção de despesas com servidores estatais. Regime constitucional dos servidores titulares de cargos. Cargos públicos, provimentos, direitos e vantagens, responsabilidades. Sindicância e processo administrativo disciplinar. 10. Bens Públicos. Conceito. Bens em relação a sua destinação. Afetação e desafetação. Regime jurídico dos bens públicos. Bens quanto à sua natureza física. Formas de aquisição e de alienação. Bens quanto à sua utilização pelos administrados.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM (METODOLOGIAS DE SALA DE AULA)

Através de aulas expositivas dialógicas pretende-se estimular a participação efetiva do aluno no processo ensino-aprendizagem. Para tanto serão usados quadros sinóticos bem como excertos legais e



FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS

Rua Floriano Peixoto, 839/873 – Cep 14.870-000 - (016) 3209-1800

www.saoluis.br/direito – direito@saoluis.br

CURSO DE DIREITO

doutrinários como ilustração dos conceitos fundamentais atinentes à matéria. Questionários e trabalhos orientados complementarão a sedimentação do referencial teórico, pois levará a problematização dos assuntos expostos permitindo o exercício do raciocínio. Através dos métodos hipotético-dedutivo e dialético será construída a base epistemológica da disciplina.

AValiação DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação será desenvolvida sob três modalidades: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa. Nos primeiros encontros, as aulas buscarão estabelecer as relações do conteúdo trabalhado com conhecimentos preliminares, revisando-se brevemente temas e abordagens desenvolvidos em etapas anteriores do Curso. Nesse momento, o docente será capaz de identificar deficiências de formação teórica e técnica do aluno, cabendo-lhe empregar as ferramentas adequadas para corrigi-la. A aprovação do aluno será condicionada à obtenção das médias estabelecidas pelo regimento do Curso, a partir de avaliações que aferirão o domínio dos conteúdos ministrados e o adequado emprego da linguagem técnico-jurídica. Além das provas, compostas de questões de múltipla escolha e questões discursivas, serão apresentados estudos de casos e análise de jurisprudência.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Diante de resultados insatisfatórios nos trabalhos e avaliações parciais, serão desenvolvidas atividades complementares, visando reforçar os conteúdos e viabilizar condições reais de recuperação do aluno. Propõem-se, para tanto, questionários adicionais, seminários e estudos dirigidos envolvendo os pontos teóricos problemáticos.

BIBLIOGRAFIA – BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. São Paulo: Lúmen júris, 2010.

DI PIERTO, Maria Silvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2014.

MELLO, Celso Antonio Bandeira. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2014.

BIBLIOGRAFIA - COMPLEMENTAR

ARAUJO, Florivaldo Dutra. *Motivação e controle do ato administrativo*. 2ª. ed. Del Rey, 2005.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas

FIGUEIREDO, Lucia Valle. *Comentários à lei de processo administrativo*. São Paulo: Forum

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. *Probidade administrativa*. São Paulo: Saraiva

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Ato Administrativo*. São Paulo: RT